

ÍNDICE SISTEMÁTICO

ÍNDICE	5
CÓDIGO CIVIL	9
DECRETO-LEI N.º 47 344, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1966 (Aprova o Código Civil)	10
CÓDIGO CIVIL	13
LIVRO I Parte geral	13
TÍTULO I Das leis, sua interpretação e aplicação	13
Capítulo I Fontes do direito	13
Capítulo II Vigência, interpretação e aplicação das leis	14
Capítulo III Direitos dos estrangeiros e conflitos de leis	15
SECÇÃO I Disposições gerais	15
SECÇÃO II Normas de conflitos	17
SUBSECÇÃO I Âmbito e determinação da lei pessoal	17
SUBSECÇÃO II Lei reguladora dos negócios jurídicos	19
SUBSECÇÃO III Lei reguladora das obrigações	20
SUBSECÇÃO IV Lei reguladora das coisas	21
SUBSECÇÃO V Lei reguladora das relações de família	21
SUBSECÇÃO VI Lei reguladora das sucessões	23
TÍTULO II Das relações jurídicas	24
SUBTÍTULO I Das pessoas	24
Capítulo I Pessoas singulares	24
SECÇÃO I Personalidade e capacidade jurídica	24
SECÇÃO II Direitos de personalidade	25
SECÇÃO III Domicílio	26
SECÇÃO IV Ausência	28
SUBSECÇÃO I Curadoria provisória	28
SUBSECÇÃO II Curadoria definitiva	29
SUBSECÇÃO III Morte presumida	31
SUBSECÇÃO IV Direitos eventuais do ausente	32
SECÇÃO V Menores e maiores acompanhados	32
SUBSECÇÃO I Condição jurídica dos menores	32
SUBSECÇÃO II Maioridade e emancipação	33

SUBSECÇÃO III	Maiores acompanhados	34
Capítulo II	Pessoas coletivas	36
SECÇÃO I	Disposições gerais	36
SECÇÃO II	Associações	46
SECÇÃO III	Fundações	43
Capítulo III	Associações sem personalidade jurídica e comissões especiais	44
SUBTÍTULO I-A	Dos animais	46
SUBTÍTULO II	Das coisas	48
SUBTÍTULO III	Dos factos jurídicos	50
Capítulo I	Negócio jurídico	50
SECÇÃO I	Declaração negocial	50
SUBSECÇÃO I	Modalidades da declaração	50
SUBSECÇÃO II	Forma	51
SUBSECÇÃO III	Perfeição da declaração negocial	51
SUBSECÇÃO IV	Interpretação e integração	53
SUBSECÇÃO V	Falta e vícios da vontade	54
SUBSECÇÃO VI	Representação	54
Divisão I	Princípios gerais	54
Divisão II	Representação voluntária	57
SUBSECÇÃO VII	Condição e termo	58
SECÇÃO II	Objeto negocial. Negócios usurários	60
SECÇÃO III	Nulidade e anulabilidade do negócio jurídico	61
Capítulo II	Atos jurídicos	62
Capítulo III	O tempo e sua repercussão nas relações jurídicas	62
SECÇÃO I	Disposições gerais	62
SECÇÃO II	Prescrição	63
SUBSECÇÃO I	Disposições gerais	63
SUBSECÇÃO II	Prazos da prescrição	65
SUBSECÇÃO III	Prescrições presuntivas	65
SUBSECÇÃO IV	Suspensão da prescrição	66
SUBSECÇÃO V	Interrupção da prescrição	67
SECÇÃO III	Caducidade	68
SUBTÍTULO IV	Do exercício e tutela dos direitos	69
Capítulo I	Disposições gerais	69
Capítulo II	Provas	70
SECÇÃO I	Disposições gerais	70
SECÇÃO II	Presunções	72
SECÇÃO III	Confissão	72

SECÇÃO IV	Prova documental	74
SUBSECÇÃO I	Disposições gerais	74
SUBSECÇÃO II	Documentos autênticos	75
SUBSECÇÃO III	Documentos particulares	76
SUBSECÇÃO IV	Disposições especiais	77
SECÇÃO V	Prova pericial	78
SECÇÃO VI	Prova por inspeção	79
SECÇÃO VII	Prova testemunhal	79
LIVRO II	Direito das obrigações	80
TÍTULO I	Das obrigações em geral	80
Capítulo I	Disposições gerais	80
SECÇÃO I	Conteúdo da obrigação	80
SECÇÃO II	Obrigações naturais	80
Capítulo II	Fontes das obrigações	81
SECÇÃO I	Contratos	81
SUBSECÇÃO I	Disposições gerais	81
SUBSECÇÃO II	Contrato-promessa	82
SUBSECÇÃO III	Pactos de preferência	83
SUBSECÇÃO IV	Cessão da posição contratual	84
SUBSECÇÃO V	Exceção de não cumprimento do contrato	85
SUBSECÇÃO VI	Resolução do contrato	85
SUBSECÇÃO VII	Resolução ou modificação do contrato por alteração das circunstâncias	86
SUBSECÇÃO VIII	Antecipação do cumprimento. Sinal	86
SUBSECÇÃO IX	Contrato a favor de terceiro	87
SUBSECÇÃO X	Contrato para pessoa a nomear	88
SECÇÃO II	Negócios unilaterais	89
SECÇÃO III	Gestão de negócios	90
SECÇÃO IV	Enriquecimento sem causa	91
SECÇÃO V	Responsabilidade civil	93
SUBSECÇÃO I	Responsabilidade por factos ilícitos	93
SUBSECÇÃO II	Responsabilidade pelo risco	96
Capítulo III	Modalidades das obrigações	98
SECÇÃO I	Obrigações de sujeito ativo indeterminado	98
SECÇÃO II	Obrigações solidárias	99
SUBSECÇÃO I	Disposições gerais	99
SUBSECÇÃO II	Solidariedade entre devedores	100

SUBSECÇÃO III	Solidariedade entre credores	101
SECÇÃO III	Obrigações divisíveis e indivisíveis	102
SECÇÃO IV	Obrigações genéricas	103
SECÇÃO V	Obrigações alternativas	103
SECÇÃO VI	Obrigações pecuniárias	104
SUBSECÇÃO I	Obrigações de quantidade	104
SUBSECÇÃO II	Obrigações de moeda específica	104
SUBSECÇÃO III	Obrigações em moeda estrangeira	105
SECÇÃO VII	Obrigações de juros	104
SECÇÃO VIII	Obrigações de indemnização	106
SECÇÃO IX	Obrigações de informação e de apresentação de coisas ou documentos	108
Capítulo IV	Transmissão de créditos e de dívidas	108
SECÇÃO I	Cessão de créditos	108
SECÇÃO II	Sub-rogação	110
SECÇÃO III	Transmissão singular de dívidas	111
Capítulo V	Garantia geral das obrigações	112
SECÇÃO I	Disposições gerais	112
SECÇÃO II	Conservação da garantia patrimonial	112
SUBSECÇÃO I	Declaração de nulidade	113
SUBSECÇÃO II	Sub-rogação do credor ao devedor	113
SUBSECÇÃO III	Impugnação pauliana	113
SUBSECÇÃO IV	Arresto	115
Capítulo VI	Garantias especiais das obrigações	115
SECÇÃO I	Prestação de caução	115
SECÇÃO II	Fiança	116
SUBSECÇÃO I	Disposições gerais	116
SUBSECÇÃO II	Relações entre o credor e o fiador	117
SUBSECÇÃO III	Relações entre o devedor e o fiador	119
SUBSECÇÃO IV	Pluralidade de fiadores	119
SUBSECÇÃO V	Extinção da fiança	120
SECÇÃO III	Consignação de rendimentos	121
SECÇÃO IV	Penhor	122
SUBSECÇÃO I	Disposições gerais	122
SUBSECÇÃO II	Penhor de coisas	123
SUBSECÇÃO III	Penhor de direitos	124
SECÇÃO V	Hipoteca	125
SUBSECÇÃO I	Disposições gerais	125

SUBSECÇÃO II	Hipotecas legais	128
SUBSECÇÃO III	Hipotecas judiciais	129
SUBSECÇÃO IV	Hipotecas voluntárias	130
SUBSECÇÃO V	Redução da hipoteca	130
SUBSECÇÃO VI	Transmissão dos bens hipotecados	131
SUBSECÇÃO VII	Transmissão da hipoteca	132
SUBSECÇÃO VIII	Extinção da hipoteca	132
SECÇÃO VI	Privilégios creditórios	133
SUBSECÇÃO I	Disposições gerais	133
SUBSECÇÃO II	Privilégios mobiliários gerais	133
SUBSECÇÃO III	Privilégios mobiliários especiais	134
SUBSECÇÃO IV	Privilégios imobiliários	135
SUBSECÇÃO V	Efeitos e extinção dos privilégios	135
SECÇÃO VII	Direito de retenção	136
Capítulo VII	Cumprimento e não cumprimento das obrigações	138
SECÇÃO I	Cumprimento	138
SUBSECÇÃO I	Disposições gerais	138
SUBSECÇÃO II	Quem pode fazer e a quem pode ser feita a prestação	138
SUBSECÇÃO III	Lugar da prestação	139
SUBSECÇÃO IV	Prazo da prestação	140
SUBSECÇÃO V	Imputação do cumprimento	141
SUBSECÇÃO VI	Prova do cumprimento	141
SUBSECÇÃO VII	Direito à restituição do título ou à menção do cumprimento	142
SECÇÃO II	Não cumprimento	142
SUBSECÇÃO I	Impossibilidade do cumprimento e mora não imputáveis ao devedor	142
SUBSECÇÃO II	Falta de cumprimento e mora imputáveis ao devedor	144
Divisão I	Princípios gerais	144
Divisão II	Impossibilidade do cumprimento	144
Divisão III	Mora do devedor	145
Divisão IV	Fixação contratual dos direitos do credor	146
SUBSECÇÃO III	Mora do credor	146
SECÇÃO III	Realização coativa da prestação	147
SUBSECÇÃO I	Ação de cumprimento e execução	147
SUBSECÇÃO II	Execução específica	148
SECÇÃO IV	Cessão de bens aos credores	149
Capítulo VIII	Causas de extinção das obrigações além do cumprimento	150
SECÇÃO I	Dação em cumprimento	150

SECÇÃO II	Consignação em depósito	151
SECÇÃO III	Compensação	151
SECÇÃO IV	Novação	153
SECÇÃO V	Remissão	154
SECÇÃO VI	Confusão	154
TÍTULO II	Dos contratos em especial	
Capítulo I	Compra e venda	155
SECÇÃO I	Disposições gerais	155
SECÇÃO II	Efeitos da compra e venda	156
SECÇÃO III	Venda de coisas sujeitas a contagem, pesagem ou medição	157
SECÇÃO IV	Venda de bens alheios	158
SECÇÃO V	Venda de bens onerados	160
SECÇÃO VI	Venda de coisas defeituosas	161
SECÇÃO VII	Venda a contento e venda sujeita a prova	163
SECÇÃO VIII	Venda a retro	163
SECÇÃO IX	Venda a prestações	164
SECÇÃO X	Venda sobre documentos	165
SECÇÃO XI	Outros contratos onerosos	165
Capítulo II	Doação	166
SECÇÃO I	Disposições gerais	166
SECÇÃO II	Capacidade para fazer ou receber doações	167
SECÇÃO III	Efeitos das doações	168
SECÇÃO IV	Revogação das doações	170
Capítulo III	Sociedade	171
SECÇÃO I	Disposições gerais	171
SECÇÃO II	Relações entre os sócios	171
SECÇÃO III	Relações com terceiros	174
SECÇÃO IV	Morte, exoneração ou exclusão de sócios	175
SECÇÃO V	Dissolução da sociedade	176
SECÇÃO VI	Liquidação da sociedade e de quotas	177
Capítulo IV	Locação	179
SECÇÃO I	Disposições gerais	179
SECÇÃO II	Obrigações do locador	180
SECÇÃO III	Obrigações do locatário	181
SUBSECÇÃO I	Disposição geral	181
SUBSECÇÃO II	Pagamento da renda ou aluguer	181
SUBSECÇÃO III	Restituição da coisa locada	183

SECÇÃO IV	Resolução e caducidade do contrato	183
SUBSECÇÃO I	Resolução	183
SUBSECÇÃO II	Caducidade	184
SECÇÃO V	Transmissão da posição contratual	185
SECÇÃO VI	Sublocação	186
SECÇÃO VII	Arrendamento de prédios urbanos	186
SUBSECÇÃO I	Disposições gerais	186
SUBSECÇÃO II	Celebração	187
SUBSECÇÃO III	Direitos e obrigações das partes	188
Divisão I	Obrigações não pecuniárias	188
Divisão II	Renda e encargos	189
SUBSECÇÃO IV	Cessaçao	190
Divisão I	Disposições comuns	190
Divisão II	Cessaçao por acordo entre as partes	190
Divisão III	Resolução	190
SUBSECÇÃO V	Subarrendamento	192
SUBSECÇÃO VI	Direito de preferência	192
SUBSECÇÃO VII	Disposições especiais do arrendamento para habitação	194
Divisão I	Âmbito do contrato	194
Divisão II	Duração	194
Subdivisão I	Contrato com prazo certo	194
Subdivisão II	Contrato de duração indeterminada	196
Divisão III	Transmissão	199
SUBSECÇÃO VIII	Disposições especiais do arrendamento para fins não habitacionais	199
SECÇÃO VIII	Arrendamento de prédios urbanos e arrendamento de prédios rústicos não abrangidos na secção precedente	201
Capítulo V	Parceria pecuária	201
Capítulo VI	Comodato	202
Capítulo VII	Mútuo	204
Capítulo VIII	Contrato de trabalho	206
Capítulo IX	Prestação de serviço	206
Capítulo X	Mandato	206
SECÇÃO I	Disposições gerais	206
SECÇÃO II	Direitos e obrigações do mandatário	207
SECÇÃO III	Obrigações do mandante	208
SECÇÃO IV	Revogação e caducidade do mandato	208
SUBSECÇÃO I	Revogação	208
SUBSECÇÃO II	Caducidade	209

SUBSECÇÃO III	Reconhecimento judicial	314
SECÇÃO III	Estabelecimento da paternidade	314
SUBSECÇÃO I	Presunção de paternidade	318
SUBSECÇÃO II	Reconhecimento de paternidade	320
Divisão I	Disposições gerais	320
Divisão II	Perfilhação	320
Divisão III	Averiguação oficiosa da paternidade	321
Divisão IV	Reconhecimento judicial	324
Capítulo II	Efeitos da filiação	325
SECÇÃO I	Disposições gerais	325
SECÇÃO II	Responsabilidades parentais	325
SUBSECÇÃO I	Princípios gerais	326
SUBSECÇÃO II	Responsabilidades parentais relativamente à pessoa dos filhos	326
SUBSECÇÃO III	Responsabilidades parentais relativamente aos bens dos filhos	327
SUBSECÇÃO IV	Exercício das responsabilidades parentais	330
SUBSECÇÃO V	Inibição e limitações ao exercício das responsabilidades parentais	333
SUBSECÇÃO VI	Registo das decisões relativas às responsabilidades parentais	335
SECÇÃO III	Meios de suprir o poder paternal	336
SUBSECÇÃO I	Disposições gerais	336
SUBSECÇÃO II	Tutela	337
Divisão I	Designação do tutor	337
Divisão II	Direitos e obrigações do tutor	339
Divisão III	Remoção e exoneração do tutor	341
Divisão IV	Conselho de família	341
Divisão V	Termo da tutela	343
Divisão VI	Tutela de menores confiados a estabelecimentos de educação ou assistência	343
SUBSECÇÃO III	Administração de bens	343
TÍTULO IV	Da adoção	344
Capítulo I	Disposições gerais	344
Capítulo II	Adoção plena	344
Capítulo III	Adoção restrita	347
TÍTULO V	Dos alimentos	350
Capítulo I	Disposições gerais	350
Capítulo II	Disposições especiais	352

LIVRO V	Direito das sucessões	353
TÍTULO I	Das sucessões em geral	353
Capítulo I	Disposições gerais	353
Capítulo II	Abertura da sucessão e chamamento dos herdeiros e legatários	354
SECÇÃO I	Abertura da sucessão	354
SECÇÃO II	Capacidade sucessória	355
SECÇÃO III	Direito de representação	356
Capítulo III	Herança jacente	357
Capítulo IV	Aceitação da herança	357
Capítulo V	Repúdio da herança	359
Capítulo VI	Encargos da herança	360
Capítulo VII	Petição da herança	361
Capítulo VIII	Administração da herança	362
Capítulo IX	Liquidação da herança	364
Capítulo X	Partilha da herança	365
SECÇÃO I	Disposições gerais	365
SECÇÃO II	Atribuições preferenciais	366
SECÇÃO III	Colação	366
SECÇÃO IV	Efeitos da partilha	368
SECÇÃO V	Impugnação da partilha	368
Capítulo XI	Alienação de herança	369
TÍTULO II	Da sucessão legítima	370
Capítulo I	Disposições gerais	370
Capítulo II	Sucessão do cônjuge e dos descendentes	371
Capítulo III	Sucessão do cônjuge e dos ascendentes	371
Capítulo IV	Sucessão dos irmãos e seus descendentes	372
Capítulo V	Sucessão dos outros colaterais	372
Capítulo VI	Sucessão do Estado	373
TÍTULO III	Da sucessão legitimária	373
Capítulo I	Disposições gerais	373
Capítulo II	Redução de liberalidades	375
TÍTULO IV	Da sucessão testamentária	376
Capítulo I	Disposições gerais	376
Capítulo II	Capacidade testamentária	378
Capítulo III	Casos de indisponibilidade relativa	378

Capítulo IV	Falta e vícios da vontade	377
Capítulo V	Forma do testamento	380
SECÇÃO I	Formas comuns	380
SECÇÃO II	Formas especiais	380
Capítulo VI	Conteúdo do testamento	383
SECÇÃO I	Disposições gerais	383
SECÇÃO II	Disposições condicionais, a termo e modais	384
SECÇÃO III	Legados	384
SECÇÃO IV	Substituições	391
SUBSECÇÃO I	Substituição direta	391
SUBSECÇÃO II	Substituição fideicomissária	391
SUBSECÇÃO III	Substituições pupilar e quase-pupilar	393
SECÇÃO V	Direito de acrescer	394
Capítulo VII	Nulidade, anulabilidade, revogação e caducidade dos testamentos e disposições testamentárias	395
SECÇÃO I	Nulidade e anulabilidade	395
SECÇÃO II	Revogação e caducidade	395
Capítulo VIII	Testamentaria	397
CASAMENTO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO		
LEI N.º 49/2018, DE 14 DE AGOSTO	(Regime jurídico do maior acompanhado)	400
REGIME JURÍDICO DO APADRINHAMENTO CIVIL		
LEI N.º 103/2009, DE 11 DE SETEMBRO	(Regime jurídico do apadrinhamento civil)	406
DECRETO-LEI N.º 121/2010, DE 27 DE OUTUBRO	(Regime jurídico do apadrinhamento civil – Regulamentação)	415
MEDIDAS DE PROTEÇÃO DAS PESSOAS QUE VIVAM EM ECONOMIA COMUM		
LEI N.º 6/2001, DE 11 DE MAIO	(Medidas de proteção das pessoas que vivem em economia comum)	420
MEDIDAS DE PROTEÇÃO DA UNIÃO DE FACTO		
LEI N.º 7/2001, DE 11 DE MAIO	(Medidas de proteção da união de facto)	424

LEI DA LIBERDADE RELIGIOSA	429	
LEI N.º 16/2001, DE 22 DE JUNHO	(Lei da Liberdade Religiosa)	430
Capítulo I	Princípios	430
Capítulo II	Direitos individuais de liberdade religiosa	431
Capítulo III	Direitos coletivos de liberdade religiosa	435
Capítulo IV	Estatuto das igrejas e comunidades religiosas	439
Capítulo V	Acordos entre pessoas coletivas religiosas e o Estado	441
Capítulo VI	Comissão da Liberdade Religiosa	442
Capítulo VII	Igreja Católica	444
Capítulo VIII	Disposições complementares e transitórias	444
PROCREIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA		447
LEI N.º 32/2006, DE 26 DE JULHO	(Procriação medicamente assistida)	448
Capítulo I	Disposições gerais	448
Capítulo II	Utilização de técnicas de PMA	451
Capítulo III	Inseminação artificial	455
Capítulo IV	Fertilização <i>in vitro</i>	456
Capítulo V	Diagnóstico genético pré-implantação	457
Capítulo VI	Conselho Nacional de Procriação medicamente Assistida	457
Capítulo VII	Sanções	459
SECÇÃO I	Responsabilidade criminal	459
SECÇÃO II	Ilícito contraordenacional	461
SECÇÃO III	Sanções acessórias	461
SECÇÃO IV	Direito subsidiário	462
Capítulo VIII	Disposições finais	462
DECRETO REGULAMENTAR N.º 6/2016, DE 29 DE DEZEMBRO	(Regulamenta a procriação medicamente assistida)	463
Capítulo I	Disposições gerais	464
Capítulo II	Centros autorizados e pessoas qualificadas	464
Capítulo III	Dados pessoais	468
Capítulo IV	Disposição final	469

TESTAMENTO VITAL**LEI N.º 25/2012, DE 16 DE JULHO** (Testamento vital)

- Capítulo I** Disposições gerais
- Capítulo II** Diretivas antecipadas de vontade
- Capítulo III** Procurador e procuração de cuidados de saúde
- Capítulo IV** Registo Nacional de Testamento Vital (RENTEV)
- Capítulo V** Disposições finais

DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DA IDENTIDADE DE GÉNERO, À EXPRESSÃO DE GÉNERO E À PROTEÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS SEXUAIS**LEI N.º 38/2018, DE 7 DE AGOSTO** (Direito à autodeterminação da identidade de género, à expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa)

- Capítulo I** Disposições gerais
- Capítulo II** Reconhecimento jurídico da identidade de género
- Capítulo III** Medidas de proteção
- Capítulo IV** Meios de defesa
- Capítulo V** Disposições transitórias e finais

NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO URBANO**LEI N.º 6/2006, DE 27 DE FEVEREIRO** (Novo Regime do Arrendamento Urbano)

- TÍTULO I** Novo Regime do Arrendamento Urbano
- Capítulo I** Alterações legislativas
- Capítulo II** Disposições gerais
 - SECÇÃO I** Comunicações
 - SECÇÃO II** Associações
 - SECÇÃO III** Assédio ao arrendamento
 - SECÇÃO IV** Resolução de litígios
- SUBSECÇÃO I** Ações judiciais
- SUBSECÇÃO II** Procedimento especial de despejo
- SUBSECÇÃO III** Injunção
 - SECÇÃO V** Justo impedimento
 - SECÇÃO VI** Consignação em depósito

- SECÇÃO VII** Determinação da renda 504
- TÍTULO II** Normas transitórias 504
- Capítulo I** Contratos habitacionais celebrados na vigência do Regime do Arrendamento Urbano e contratos não habitacionais celebrados depois do Decreto-Lei n.º 257/95, de 30 de setembro 504
- Capítulo II** Contratos habitacionais celebrados antes da vigência do RAU e contratos não habitacionais celebrados antes do Decreto-Lei n.º 257/95, de 30 de setembro 505
- SECÇÃO I** Disposições gerais 505
- SECÇÃO II** Arrendamento para habitação 507
- SECÇÃO III** Arrendamento para fim não habitacional 512
- SECÇÃO IV** Transmissão 515
- TÍTULO III** Normas finais 516
- LEI N.º 31/2012, DE 14 DE AGOSTO** (Novo Regime do Arrendamento Urbano [Revisão]) 519
- LEI N.º 79/2014, DE 19 DE DEZEMBRO** (Revisão do Novo Regime Jurídico do Arrendamento Urbano) 523
- DIREITO REAL DE HABITAÇÃO DURADOURA** 527
- DECRETO-LEI N.º 1/2020, DE 9 DE JANEIRO** (Cria o direito real de habitação duradoura – DHD) 528
- DIREITO REAL DE HABITAÇÃO PERIÓDICA** 539
- DECRETO-LEI N.º 275/93, DE 5 DE AGOSTO** 540
- DECRETO-LEI N.º 180/99, DE 22 DE MAIO** 542
- DECRETO-LEI N.º 22/2002, DE 31 DE JANEIRO** 544
- DECRETO-LEI N.º 37/2011, DE 10 DE MARÇO** 546
- DIREITO REAL DE HABITAÇÃO PERIÓDICA** 549
- Capítulo I** Do direito real de habitação periódica 549
- SECÇÃO I** Disposições gerais 549
- SECÇÃO II** Constituição 551
- SECÇÃO III** Do certificado predial 555

SECÇÃO IV	Da transmissão e oneração de direitos reais de habitação periódica	554
SECÇÃO V	Direitos e deveres dos titulares de direitos reais de habitação periódica	560
SECÇÃO VI	Da administração e conservação do empreendimento	562
SECÇÃO VII	Destituição e substituição na administração do empreendimento	565
SECÇÃO VIII	Da renúncia ao direito real de habitação periódica	566
SECÇÃO IX	Publicidade, comercialização e formas de referência	567
Capítulo II	Dos direitos de habitação turística	567
Capítulo III	Das infrações e sua sanção	575

PROPRIEDADE HORIZONTAL

DECRETO-LEI N.º 268/94, DE 25 DE OUTUBRO (Regime da Propriedade Horizontal – Normas regulamentares)

DECRETO-LEI N.º 269/94, DE 25 DE OUTUBRO (Conta poupança-condomínio)

CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS

DECRETO-LEI N.º 446/85, DE 25 DE OUTUBRO (Cláusulas contratuais gerais)

Capítulo I	Disposições gerais	582
Capítulo II	Inclusão de cláusulas contratuais gerais em contratos singulares	590
Capítulo III	Interpretação e integração das cláusulas contratuais gerais	594
Capítulo IV	Nulidade das cláusulas contratuais gerais	594
Capítulo V	Cláusulas contratuais gerais proibidas	594
SECÇÃO I	Disposições comuns por natureza	594
SECÇÃO II	Relações entre empresários ou entidades equiparadas	595
SECÇÃO III	Relações com consumidores finais	596
Capítulo VI	Disposições processuais	598
Capítulo VII	Disposições finais e transitórias	600

ÍNDICES

ÍNDICE SISTEMÁTICO

ÍNDICE REMISSIVO (Código Civil)

ÍNDICE REMISSIVO (Código Civil)

Abandono	como causa da perda da posse: 1267.º, n.º 1, al. a)
	do lar pelos filhos menores: 1887.º
	pelos pais (confiança com vista à adoção): 1978.º, n.º 1, al. c)
Alheias	— <i>Animais; Ocupação</i>
Abertura	da sucessão: 2031.º
	do testamento: 101.º; 2209.º, n.º 2
Abuso	da representação: 269.º
	de autoridade (na presunção de paternidade): 1871.º, al. d)
	de confiança (na presunção de paternidade): 1871.º, al. d)
	do direito: 334.º
	no uso por parte do usufrutuário: 1482.º
Ação	de esbulho violento: 1279.º
	de manutenção e restituição de posse: 1278.º
	de prevenção: 1276.º
	de reivindicação: 1311.º
	direta:
	— para acerca dos pressupostos da ...: 338.º
	— para defesa da posse: 1277.º
	— para defesa da propriedade: 1314.º
	quando é lícito o recurso à força com o fim de assegurar o próprio direito: 336.º
	— pauliana (ver <i>Impugnação pauliana</i>)
Acitação	da doação: 945.º; 951.º
	da proposta: 228.º e segs.
	da testamentaria: 2323.º
	dos efeitos do casamento: 1618.º
	pelos cônjuges, de doação, heranças ou legados: 1683.º
Acolitação da herança	— a benefício do inventário: 2053.º
	— sob condição, a termo ou parcial: 2054.º
	— anulação por dolo ou coação: 2060.º
	— nulidade: 2059.º
	— resolução testamentária ou legal: 2055.º
	— motivos: 2050.º
	— espécies: 2052.º
	— formas: 2056.º; 2057.º
	— irrevogabilidade: 2061.º
	— pluralidade de sucessíveis: 2051.º
	— transmissão do direito: 2058.º
Adoção	— 1325.º
	— da posse: 1256.º
	— natural: 1327.º a 1332.º
	— espécies: 1326.º
	industrial imobiliária: 1339.º a 1343.º
	industrial mobiliária: 1333.º a 1338.º
Acessão industrial imobiliária:	1326.º, n.º 1
	obras, sementeiras ou plantações:
	— com materiais alheios: 1339.º
	— feitas com materiais alheios em terreno alheio: 1342.º
	— feitas de boa-fé em terreno alheio: 1340.º
	— feitas de má-fé em terreno alheio: 1341.º
Acessão industrial mobiliária:	1326.º, n.º 1
	casos de especificação: 1338.º
	confusão casual: 1335.º
	especificações:
	— da má-fé: 1337.º
	— de boa-fé: 1336.º
	união ou confusão de:
	— boa-fé: 1333.º
	— união ou confusão de má-fé: 1334.º
Acessão natural:	1326.º, n.º 1
	princípio geral: 1327.º
Acessoriedade	— ... da obrigação do fiador: 627.º
	accessórios do crédito abrangidos pela hipoteca: 693.º
	o privilégio creditório abrange os juros relativos aos últimos dois anos, se forem devidos: 734.º
Acidente de viação	beneficiários da responsabilidade: 504.º
	circunstâncias que excluem a responsabilidade: 505.º
	repartição da indemnização no caso de colisão de veículos: 506.º
	(ver <i>Danos; Indemnização; Prescrição; Responsabilidade civil; Solidariedade</i>)
Acompanhamento	âmbito e conteúdo do ...: 145.º
	caducidade de mandato: 1174.º, al. b); 1175.º; 1176.º
	cessação de efeitos de procuração para casamento: 1621.º
	cessação e modificação do ...: 149.º
	decisão judicial de ...: 139.º
	eleição do acompanhante: 143.º
	impedimentos matrimoniais: 1601.º, al. b); 1604.º, al. d)
	internamento de maiores acompanhados: 148.º
	legitimidade e oportunidade para o requerer: 141.º; 142.º
	mandato com vista a ...: 156.º
	objetivo e supletividade: 140.º
	publicidade do processo de acompanhamento e da decisão: 153.º
	regime: 138.º e ss.
	registro da decisão de ...: 152.º, 1920.º-B; 1920.º-C